

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	13
1.1 DIREITO CONSTITUCIONAL. NATUREZA CONCEITO. OBJETO	13
1.2 FONTES DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	14
1.3 ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA	14
1.4 CONSTITUIÇÃO: SENTIDO SOCIOLÓGICO, SENTIDO POLÍTICO, SENTIDO JURÍDICO, SENTIDO CULTURALISTA.....	14
1.4.1 SENTIDO SOCIOLÓGICO	14
1.4.2 SENTIDO POLÍTICO	15
1.4.3 SENTIDO JURÍDICO	15
1.4.4 SENTIDO CULTURALISTA.....	16
1.4.5 KONRAD HESSE: A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	16
1.5 CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	17
1.6 CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	17
1.6.1 CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	19
1.7 FUNDAMENTOS DO PODER CONSTITUINTE	19
1.7.1 PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E DERIVADO	19
1.8 REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL	20
1.8.1 POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATRAVÉS DE ALTERAÇÃO DE SUA INTERPRETAÇÃO: MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	21
QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	23
GABARITO	28
CAPÍTULO 2 – PREÂMBULO E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	29
2.1 PREÂMBULO CONSTITUCIONAL.....	29
2.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	30
2.2.1 FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ART. 1.º)	30
I. SOBERANIA.....	30
II. CIDADANIA.....	30
III. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	31
IV. VALORES SOCIAIS DO TRABALHO E DA LIVRE INICIATIVA	32
V. PLURALISMO POLÍTICO	32
2.2.2 SEPARAÇÃO DOS PODERES (ART. 2.º).....	33
2.2.3 OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO BRASIL (ART. 3.º).....	33
2.2.4 PRINCÍPIOS DO BRASIL EM SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ART. 4.º).....	34
2.2.4.1 ASILO POLÍTICO	34
2.2.4.2 MERCOSUL.....	35
QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	37
GABARITO	42

CAPÍTULO 3 – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	43
3.1 A QUESTÃO TOPOGRÁFICA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	43
3.1.1 ROMPIMENTO DA TRADIÇÃO CONSTITUCIONAL: A QUESTÃO TOPOGRÁFICA	43
3.2 A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS - AS DIMENSÕES	44
3.3 A CONDIÇÃO EXEMPLIFICATIVA DO “CATÁLOGO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS”	44
3.4 O PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE (CONVIVÊNCIA) DAS LIBERDADES PÚBLICAS	45
3.5 COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	45
3.6 A CONDIÇÃO DE CLÁUSULA PÉTREA DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS.....	46
3.7 SUJEITOS E O ÂMBITO DE VALIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	46
3.8 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	48
QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	49
GABARITO	54
 CAPÍTULO 4 – NACIONALIDADE	 55
4.1 CONCEITO DE NACIONALIDADE.....	55
4.2 ESPÉCIES DE NACIONALIDADE.....	55
4.3 CRITÉRIOS PARA ESTABELECIMENTO DA NACIONALIDADE ORIGINÁRIA.....	56
4.4 HIPÓTESES CONSTITUCIONAIS DE AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE ORIGINÁRIA (BRASILEIROS NATOS).....	56
4.5 HIPÓTESES CONSTITUCIONAIS DE AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE ADQUIRIDA (BRASILEIROS NATURALIZADOS) - NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	59
4.5.2 NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (QUINZENÁRIA)	59
4.6 DIFERENÇAS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	60
4.7 PERDA DO DIREITO DE NACIONALIDADE	60
QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	62
GABARITO	67
 CAPÍTULO 5 – DIREITOS POLÍTICOS	 69
5.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS	69
5.2 DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS E DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	70
5.2.1 DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS	70
5.2.1.1 Capacidade eleitoral ativa	70
5.2.1.2 Plebiscito e Referendo. Diferenças.....	70
5.2.1.3 Condições de elegibilidade	71
5.2.2 DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS.....	71
5.2.2.1 Inelegibilidades	71
5.2.2.2 Outras inelegibilidades previstas em Lei Complementar (art. 14, § 9.º).....	72
5.3 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO (art. 14, §§ 10 e 11).	74
5.4 PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS PREVISTAS NO ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	75
5.5 A LEI QUE ALTERA O PROCESSO ELEITORAL (art. 16).....	76
5.6 PARTIDOS POLÍTICOS (art. 17).....	76
QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	77
GABARITO	80

CAPÍTULO 6 – A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	81
6.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	81
6.2 A FEDERAÇÃO	83
6.2.1 A ORIGEM DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	83
6.2.2 ENTES FEDERATIVOS BRASILEIROS	83
6.2.2.1 UNIÃO (ART. 1.º E ART. 18).....	83
6.2.2.2 Estados-Membros (art. 1.º, art. 18 e art. 25)	84
6.2.2.3 Municípios (art. 1.º, art. 18 e art. 30)	84
6.2.2.4 Distrito Federal (art. 1.º, art. 18 e art. 32)	85
6.2.3 O PRINCÍPIO DA INDISSOLUBILIDADE DA FEDERAÇÃO	85
6.3 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	86
6.3.1 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS	86
6.3.2 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIAS LEGISLATIVAS.....	86
6.3.3 COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES. DIFERENÇAS.....	86
6.4 INTERVENÇÃO FEDERAL (arts. 34 a 36)	87
6.4.1 ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO	87
QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	88
GABARITO	92
CAPÍTULO 7 – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	93
7.1 CONCEITOS BÁSICOS E FUNDAMENTAIS	93
7.2 PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO: CONGRESSO NACIONAL (art. 44).....	94
7.2.1 LEGISLATURA	94
7.2.2 COMPETÊNCIAS DO CONGRESSO NACIONAL	94
7.2.3 REUNIÕES DO CONGRESSO NACIONAL	94
7.2.4 PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL. A MESA DIRETORA.....	95
7.2.5 SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO	95
7.2.6 AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CPI – art. 58, § 3.º).....	95
7.2.6.1 Finalidade das Comissões de Inquérito	95
7.2.6.2 Disciplina legal	96
7.2.6.3 Prazo da CPI.....	96
7.2.6.4 Poderes das CPIs e a possibilidade de controle judicial	96
7.3 CÂMARA DOS DEPUTADOS	97
7.4 SENADO FEDERAL	98
7.5 IMUNIDADES PARLAMENTARES	99
7.5.1 INVESTIGAÇÃO POLICIAL E IMUNIDADES PARLAMENTARES	103
7.5.2 IMUNIDADES DE PARLAMENTARES ESTADUAIS	103
7.6 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (arts. 70 a 75).....	103
7.7 PODER EXECUTIVO DA UNIÃO	104
7.7.1 PRESIDENTE DA REPÚBLICA COMO CHEFE DE ESTADO E CHEFE E GOVERNO	
FUNÇÕESPRESIDENCIAIS.....	104
7.7.2 AS RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	105
7.7.2.1 Os crimes de responsabilidade do Presidente da República	105
7.7.2.2 O processo dos crimes de responsabilidade	106

7.7.2.3	O processo dos crimes comuns.....	107
7.8	SUCESSÃO PRESIDENCIAL.....	109
7.9	PODER JUDICIÁRIO	110
7.9.1	A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 45/04	111
7.9.2	COMPETÊNCIAS PARA JULGAMENTOS PREVISTAS NA	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	112
7.9.3	PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 45/04 (REFORMA DO JUDICIÁRIO).....	114
7.9.4	A REGRA DO “QUINTO CONSTITUCIONAL” (ART. 94 DA CF/88)	115
7.9.5	A ESTRUTURA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES DO PODER JUDICIÁRIO	116
	QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	119
	GABARITO	124
CAPÍTULO 8 – PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL.....		125
8.1	EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	125
8.2	LEIS COMPLEMENTARES	126
8.3	LEIS ORDINÁRIAS.....	126
8.3.1	PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS ORDINÁRIAS	126
8.4	LEIS DELEGADAS	128
8.5	DECRETOS LEGISLATIVOS	129
8.5.1	DECRETOS LEGISLATIVOS E OS TRATADOS INTERNACIONAIS	129
8.6	MEDIDAS PROVISÓRIAS	130
8.6.1	Natureza jurídica.....	130
8.6.2	PRESSUPOSTOS	130
8.6.2.1	Controle judicial dos pressupostos constitucionais	131
8.6.3	VIGÊNCIA E PERDA DE EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS	131
8.6.4	A POSSIBILIDADE DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS EDITADAS DURANTE OS PERÍODOS DE RECESSO	132
8.6.5	A POSSIBILIDADE DA APRECIÇÃO (CONVERSÃO/REJEIÇÃO) DE MEDIDAS PROVISÓRIAS POR PARTE DAS COMISSÕES PERMANENTES DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL (“DELEGAÇÃO INTERNA CORPORIS”)	133
8.6.6	MEDIDAS PROVISÓRIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	133
	QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	134
	GABARITO	139
CAPÍTULO 9 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE		141
9.1	CONCEITO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	141
9.2	BASES HISTÓRICAS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	141
9.3	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA	
	HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....	142
9.4	PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	144
9.4.1	SUPREMACIA MATERIAL E SUPREMACIA FORMAL	144
9.5	ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADES	145
9.6	CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE	146

9.7	CONTROLE REPRESSIVO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	146
9.7.1	CONTROLE REPRESSIVO PELO PODER LEGISLATIVO.....	146
9.7.2	CONTROLE REPRESSIVO REALIZADO NO PODER EXECUTIVO.....	147
9.7.3	CONTROLE REPRESSIVO PELO PODER JUDICIÁRIO.....	147
9.7.3.3	As vias de controle concentrado: ADI, ADC, ADI INTERVENTIVA, ADI POR OMISSÃO e ADPF.	153
9.8	DEMAIS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	158
9.8.1	O PAPEL DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO.....	158
9.8.2	O PAPEL DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.....	159
9.8.3	SÚMULA VINCULANTE.....	159
9.8.4	REPERCUSSÃO GERAL.....	159
9.8.5	AMICUS CURIAE.....	159
9.8.6	PERTINÊNCIA TEMÁTICA NO CONTROLE CONCENTRADO.....	160
9.8.7	TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.....	160
9.8.8	INCONSTITUCIONALIDADE CHAPADA.....	161
9.8.9	OBJETO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	161
9.8.10	RECLAMAÇÃO.....	162
9.8.11	INCONSTITUCIONALIDADE POR ARRASTAMENTO.....	163
	QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA.....	164
	GABARITO.....	170
CAPÍTULO 10 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....		171
10.1	DEFINIÇÃO.....	171
10.2	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	171
10.2.1	ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	172
10.2.1.1	Ministério Público do Tribunal de Contas.....	172
10.2.2	QUADRO DE NOMEAÇÃO, MANDATO, RECONDUÇÃO E DESTITUIÇÃO DO PROCURADOR-GERAL.....	173
10.2.3	PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ART. 127, § 1.º).....	173
10.2.4	FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	174
10.2.5	PODER DE INVESTIGAÇÃO E O MP.....	174
10.2.6	GARANTIAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	175
10.2.7	VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	176
10.2.8	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	176
10.3	ADVOCACIA PÚBLICA.....	177
10.4	ADVOCACIA PRIVADA.....	177
10.5	DEFENSORIA PÚBLICA.....	180
	QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA.....	182
	GABARITO.....	188
CAPÍTULO 11 – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E SEGURANÇA PÚBLICA.....		189
11.1	DEFINIÇÃO.....	189
11.2	PRINCÍPIOS REGENTES DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISES.....	189
11.3	SITUAÇÕES CONSTITUCIONAIS DE DECRETAÇÃO.....	190



11.4	QUADRO-RESUMO DOS ESTADOS DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO.....	191
11.5	FORÇAS ARMADAS	193
11.5.1	DENOMINAÇÃO, DIREITOS E VEDAÇÕES.....	193
11.5.2	HABEAS CORPUS EM RELAÇÃO ÀS PUNIÇÕES DISCIPLINARES DOS MILITARES	193
11.5.3	SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E SOLDADO INFERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO	194
11.6	SEGURANÇA PÚBLICA	194
11.6.1	CONCEITOS BÁSICOS	194
11.6.2	A ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	195
11.6.3	QUADRO-RESUMO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	196
11.7	GUARDA MUNICIPAL.....	197
	QUESTÕES SOBRE A MATÉRIA	198
	GABARITO	203
CAPÍTULO 12 – EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS		205
12.1	EFICÁCIA E APLICABILIDADE DA NORMA	205
	CONSTITUCIONAL	205
12.2	CLASSIFICAÇÃO DE JOSÉ AFONSO DA SILVA	205
12.2.1	Normas de Princípio institutivo	206
12.2.2	Normas de conteúdo programático	206
12.3	NORMAS DE EFICÁCIA EXAURIDA.....	206
12.4	CLASSIFICAÇÃO DE MARIA HELENA DINIZ	206
	GABARITO	212
BIBLIOGRAFIA		213